



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-GO

*Motorista*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto .....	1
Sinônimos e antônimos .....	24
Ortografia oficial .....	25
Pontuação.....	27
Substantivo e adjetivo: flexão de gênero, número e grau. Verbos: regulares, irregulares e auxiliares.	
Emprego de preposições e conjunções .....	29
Concordância: verbal e nominal .....	36
Exercícios.....	38
Gabarito.....	43

## NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Lei Municipal nº 299/90 (Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Alto Paraíso de Goiás).....	1
Lei Municipal nº 322/1991 (Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alto Paraíso de Goiás) .....	41

## RACIOCÍNIO LÓGICO

Operações, propriedades e aplicações (soma, subtração, multiplicação, divisão). Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais e reais) e operações com conjuntos .....	1
Princípios de contagem e probabilidade. Arranjos e permutações.....	17
Razões e proporções (grandezas diretamente proporcionais, grandezas inversamente proporcionais .....	23
Porcentagem .....	26
Regras de três simples.....	27
Equações e inequações .....	29
Sistemas de medidas. Volumes.....	35
Exercícios .....	39
Gabarito .....	42

# SUMÁRIO



# REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURA, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO BRASIL

Formação econômica de Goiás: a mineração no século XVIII, a agropecuária nos séculos XIX e XX, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana, as transformações econômicas com a construção de Goiânia e Brasília, industrialização, infraestrutura e planejamento .....	1
Modernização da agricultura e urbanização do território goiano.....	5
A população goiana: povoamento, movimentos migratórios e densidade demográfica.....	11
Economia goiana: industrialização e infraestrutura de transportes e comunicação.....	17
As regiões goianas e as desigualdades regionais.....	23
Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo.....	28
Aspectos da história política de Goiás: a independência em Goiás, o Coronelismo na República Velha, as oligarquias, a Revolução de 1930, a administração política de 1930 até os dias atuais.....	32
Aspectos da História Social de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular.....	40
Atualidades econômicas, políticas e sociais do Brasil, especialmente do Estado de Goiás.....	45
Exercícios .....	46
Gabarito .....	54

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Trânsito e Manutenção Veicular: Legislação de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997 e atualizações) .....	1
Resoluções do CONTRAN pertinentes à condução de veículos.....	88
Conhecimento geral sobre o funcionamento de veículos automotores de passeio, ônibus e caminhões. Noções de elétrica e de mecânica de veículos automotores a gasolina, álcool e diesel. Sistema de freios. . Sistema de suspensão (vibrações e ruídos). Sistema de direção (mecânica e hidráulica). Sistema de transmissão. Motor: sistema de alimentação de combustível (álcool, gasolina, diesel e GNV). Sistema de arrefecimento (água e ar). Sistema de distribuição. Sistema elétrico. Sistema de lubrificação. Sistemas eletrônicos. Sistema de ignição (convencional e eletrônica). Injeção eletrônica (princípios básicos). Pneumática. Alinhamento e balanceamento .....	230
Direção defensiva e preventiva .....	256
Questões .....	272
Gabarito .....	275

# SUMÁRIO



## Língua Portuguesa

**Humor**

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:

**Análise e a interpretação do texto segundo o gênero em que se inscreve**

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

**Busca de sentidos**

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.



## NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

### TÍTULO III

#### DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

##### CAPÍTULO I

##### DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 79 – A administração municipal é constituída dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1º - Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam e se coordenam, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições, sendo instituídos e regulados por lei municipal.

§ 2º - As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a Administração Indireta do Município se classificam em:

I – autarquia – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II – empresa pública – entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital do Município seja levado a exercer, por força de contingência administrativa, podendo reverter-se de qualquer das formas administrativa sem direito;

III – sociedade de economia mista – entidade de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou a entidade da Administração Indireta;

IV – fundação pública – entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução dos órgão ou entidade de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio gerido p eles respectivos órgãos de direção e funcionamento custeado por recurso do Município e de outras fontes.

§ 3º – A entidade de que trata o inciso IV do § 2º deste artigo adquire personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, não se lhe aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações.

##### CAPÍTULO II

##### DOS ATOS MUNICIPAIS

##### SEÇÃO I

##### DA PUBLICIDADE DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 80 – A publicação das leis e atos municipais far-se-á em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede da Prefeitura e da Câmara Municipal. (redação dada pela emenda 07, de 17/10/2005)

§ 1º - A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos far-se-á através de licitação, em que se levarão em conta não só as condições de preços, como as circunstâncias de freqüência, horário, tiragem e a distribuição.

§ 2º - Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 3º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida

Art. 81 – O Prefeito fará publicar e encaminhar à Câmara Municipal;

I - mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa;

II – anualmente, até quinze de março, pelo órgão oficial do Estado ou do Município, as contas da administração, constituídas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das



### Relações de Inclusão

Relacionam um conjunto com outro conjunto.

Simbologia:  $\subset$  (está contido),  $\not\subset$  (não está contido),  $\supset$  (contém),  $\not\supset$  (não contém)

A Relação de inclusão possui 3 propriedades:

#### Exemplo:

$$\{1, 3, 5\} \subset \{0, 1, 2, 3, 4, 5\}$$

$$\{0, 1, 2, 3, 4, 5\} \supset \{1, 3, 5\}$$

Aqui vale a famosa regrinha que o professor ensina, boca aberta para o maior conjunto.

### Subconjunto

O conjunto A é subconjunto de B se todo elemento de A é também elemento de B.

Exemplo:  $\{2, 4\}$  é subconjunto de  $\{x \in \mathbb{N} | x \text{ é par}\}$

### Operações

#### União

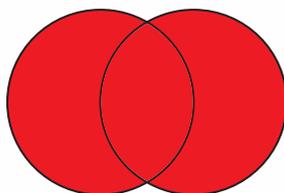
Dados dois conjuntos A e B, existe sempre um terceiro formado pelos elementos que pertencem pelo menos um dos conjuntos a que chamamos conjunto união e representamos por:  $A \cup B$ .

Formalmente temos:  $A \cup B = \{x | x \in A \text{ ou } x \in B\}$

#### Exemplo:

$$A = \{1, 2, 3, 4\} \text{ e } B = \{5, 6\}$$

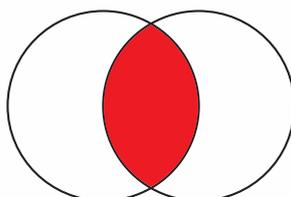
$$A \cup B = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$$



#### Interseção

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que são ao mesmo tempo de A e de B, e é representada por:  $A \cap B$ .

Simbolicamente:  $A \cap B = \{x | x \in A \text{ e } x \in B\}$



#### Exemplo:

$$A = \{a, b, c, d, e\} \text{ e } B = \{d, e, f, g\}$$

$$A \cap B = \{d, e\}$$



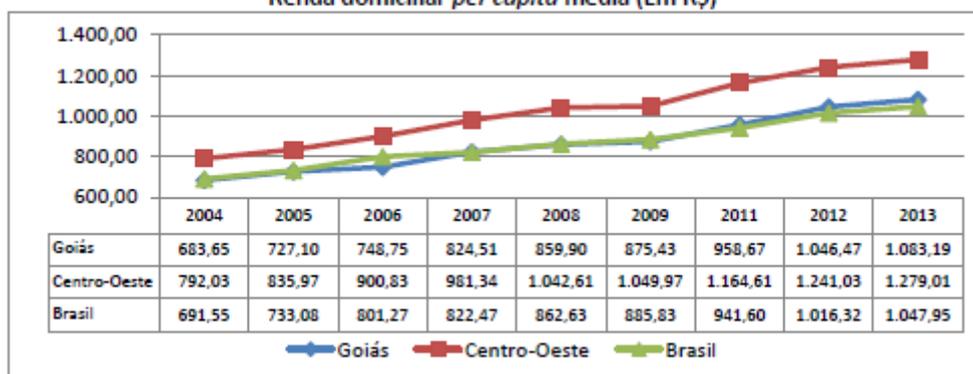
## Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultura, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Brasil

As mudanças na estrutura etária da população goiana exigirão políticas e ações condizentes com a realidade. Para tanto é preciso saber aproveitar o bônus demográfico, absorvendo a grande mão de obra presente no período, possibilita a geração de mais recursos e a melhor distribuição de renda na sociedade. Além disso, é necessário se adequar às novas demandas sociais: a redução de crianças e jovens e a consequente diminuição na exigência de matrículas, especialmente no ensino fundamental, por exemplo, possibilita direcionar o investimento para a qualidade do ensino e para a qualificação do jovem ingressante no mercado de trabalho, garantindo a ocupação em áreas que exigem maior especialidade e rendimento. É o momento, portanto, de aumentar a frequência dos jovens no ensino médio e da expansão dos cursos profissionalizantes, visando subsidiar as perspectivas de instalação de mais empreendimentos produtivos em Goiás.

A ascensão na renda domiciliar per capita, pode-se embasar na dinâmica econômica do Estado que tem se mantido em expansão o que gera impacto positivo na geração de emprego e renda dos trabalhadores, assim contribuindo sobre a renda domiciliar per capita. Não se pode deixar de mencionar ainda, os programas federal e estadual de transferência de renda que impactaram positivamente a renda das famílias mais pobres. É digno de destaque, nesse contexto, o aumento do salário mínimo no decorrer desta década. Tendo este cenário contribuído para a redução nos números referente à pobreza.

Destacam-se ainda em âmbito estadual as ações tomadas pelo Governo como forma de combater a situação de pobreza, sendo uma delas o Programa Renda Cidadã que repassa mensalmente benefício para 58 mil famílias em todo o Estado, além de programas como o Bolsa Futuro, que age na área da profissionalização juvenil, a qual pode-se identificar como uma tentativa de reduzir a vulnerabilidade social entre os jovens.

**Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás**  
**Renda domiciliar per capita média (Em R\$)\***



Fonte: IPEA. Elaboração: Instituto Mauro Borges. \*Valores corrigidos para outubro/2013

A própria formação histórica econômica e geográfica de Goiás aponta os motivos pelo qual a parte norte do Estado tenha uma situação de vulnerabilidade maior que o Sul, portanto sugere-se um acompanhamento acurado dessa parte do Estado. No quesito vulnerabilidade ressalta-se ainda a região do Entorno do Distrito Federal, por esta composição atípica de um ente federado contido em uma região do Estado do Goiás, portanto há a necessidade de ações em cooperação entres os entes para a redução da extrema pobreza na região.



## Conhecimentos Específicos

### INTERVALOS DE DISTÂNCIA DA SINALIZAÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO DE VELOCIDADE

Velocidade Regulamentada (km/h)	Intervalo de Distância (metros)	
	Via Urbana e Via Rural com característica urbana	Via Rural
V ≥ 80	400 a 500	1000 a 2000
V < 80	100 a 300	300 a 1000

#### ANEXO V

### EXEMPLOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL ESPECÍFICA PARA LIMITE DE VELOCIDADE MÁXIMA POR TIPO DE VEÍCULO NO MESMO TRECHO DA VIA



#### Observações:

1. As placas ilustradas são exemplos para atendimento ao disposto nesta Resolução, podendo ser estabelecidos outros limites de velocidades, devidamente justificados por estudos técnicos.

2. A diagramação das placas deve seguir o disposto no Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - Volume I

### RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 918, DE 28 DE MARÇO DE 2022

#### Consolida as normas sobre procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I, II e VIII do art. 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.031757/2021-56.